

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SINDICATOS DA EDUCAÇÃO

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

O Congresso da FNE que se realizou no Porto em 22 e 23 de Abril de 2004 iniciou um novo mandato, para o qual definiu um plano de acção extenso e exigente.

Os órgãos estatutários eleitos nesse Congresso procuraram dar de imediato concretização às orientações definidas, nomeadamente fazendo chegar aos Órgãos de Soberania as decisões tomadas, assim dando expressão à obrigação de participar de forma construtiva nos processos de decisão política em que devemos intervir.

É do período de tempo que decorre entre o final do Congresso e o dia 31 de Dezembro de 2004 que agora se apresenta o respectivo relatório, nos termos estatutários.

I – ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO POLÍTICA, ECONÓMICA E SOCIAL E DO SISTEMA EDUCATIVO

Durante o ano de 2004 a FNE debateu e acompanhou de modo continuado as diferentes dimensões do sistema educativo em particular e da situação política, social e económica em geral. Este acompanhamento traduziu-se em diferentes modalidades de relação estabelecidas, quer com o Presidente da República, quer com a Assembleia da República – nomeadamente através dos Grupos Parlamentares -, quer com o Governo, com particular incidência no Ministério da Educação, no Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior e no Ministério das Finanças e da Administração Pública.

O ano de 2004, na sua dimensão política, ficou marcada, por um lado, pela substituição do Governo, na sequência da nomeação do Primeiro-Ministro Durão Barroso para a presidência da Comissão Europeia, e posteriormente, já no final do ano, pela dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições legislativas para 2005.

O plano de actividades da FNE não podia deixar de ser condicionado por estes factos, de modo a adequar a resposta política da nossa Federação aos contextos que foram sendo criados. O certo é que múltiplas questões que constavam do nosso plano de acção ficaram adiadas, por um lado, para que o Governo que entrou em funções em finais de Julho identificasse as suas prioridades políticas, e, por outro lado, porque com

à dissolução da Assembleia da República o Governo entrou em funções de gestão, o que impediu o desenvolvimento de um significativo conjunto de matérias.

Nas reuniões da Comissão Permanente, do Secretariado Executivo e do Secretariado Nacional, bem como no Conselho Geral, fez-se um acompanhamento exaustivo de tudo quanto dizia respeito à Educação, analisando propostas, emitindo pareceres sobre documentos apresentados pelo Governo e por outras Entidades, e ainda apresentando reivindicações sobre várias matérias.

Do conjunto dos pareceres emitidos, destacamos os seguintes:

- Educação Especial e Apoios Educativos
- Alteração à Portaria nº 367/98, de 29 de Junho (regime de Contratação de Pessoal Docente)
- Calendário Escolar para 2004/2005
- Acompanhamento do Concurso de Docentes para o ano escolar 2004/2005
- Avaliação dos Alunos do Ensino Básico
- Propostas de revisão do Decreto-Lei nº 515/99
- Reacção ao Decreto-Lei nº 184/2004
- Acompanhamento da implementação do processo de Bolonha

II – ACÇÃO REIVINDICATIVA

A nossa luta por uma nova Lei de Bases da Educação construída na busca do mais amplo consenso dos parceiros da área da Educação, e que teve expressão no debate que realizámos no nosso Congresso, traduzindo-se na votação esmagadora de uma moção de urgência nesse sentido, foi coroada de êxito pela decisão do Presidente da República de não promulgar a Lei aprovada apressadamente no Parlamento e exclusivamente com os votos favoráveis dos Grupos Parlamentares que apoiavam o Governo.

No âmbito da acção reivindicativa, as áreas que puderam ter maior expressão na nossa acção foram a operacionalização dos concursos dos docentes e a transição dos trabalhadores não docentes com Contrato Administrativo do Provedimento (CAP's) para os quadros.

Concursos de Docentes dos Jardins de Infância e dos Ensinos Básico e Secundário

A FNE fez um acompanhamento diário de todo o processo de concurso de docentes, na sequência do que assinalou as sucessivas falhas que foram detectadas, tendo ainda reivindicado correcções a situações anómalas. Em Setembro, participámos no lançamento do processo de revisão do Decreto-Lei nº 35/2003, o qual foi concluído pelo Ministério da Educação sem um sério processo de negociação, sob o argumento da urgência das decisões que deviam ser tomadas para garantir a introdução de correcções já para o concurso de 2005/2006.

Relativamente a este diploma, manifestámo-nos favoráveis à promulgação das alterações ao concurso de docentes, pelo Presidente da República, tendo aproveitado para lhe fazer sentir que, embora não correspondesse, na totalidade, às nossas posições, era uma solução que resolveria muitas das situações negativas verificadas anteriormente.

Ao longo do ano, tivemos oportunidade de nos manifestar através de reivindicações, traduzidas em documentos escritos, e através de reuniões com os dois Ministros da Educação e com os dois Secretários de Estado da Administração Educativa que exerceram funções ao longo do ano, para além de ter mantido reuniões com os Directores Gerais dos Recursos Humanos da Educação. Estes encontros serviram, quer para manifestar discordâncias em relação a procedimentos, quer para denunciar os erros cometidos no processo de concurso de docentes.

Assumimos o desenvolvimento de um estudo que conduziu à verificação de que era possível dar um passo significativo no sentido da estabilização do corpo docente, com um acréscimo no número de lugares do quadro de escola. Este estudo permitiu que fizéssemos ao Ministério da Educação uma proposta, no final de Dezembro, para a abertura de cerca de 4.000 novos lugares de Quadro de Escola e transferência de cerca de 14.000 lugares de quadro de Zona Pedagógica para Quadro de Escola.

Outras questões reivindicativas para docentes dos ensinos básico e secundário

Exigimos ao Ministério da Educação o cumprimento do acordo celebrado em 2003 no que diz respeito à profissionalização dos docentes portadores de habilitação própria, vinculados.

Reivindicámos, mais uma vez, o complemento de habilitações para os professores de Educação Física.

Elaborámos uma proposta que possibilitasse aos professores contratados terem direito a usufruir das regalias da ADSE, desde o primeiro dia de contrato.

Exigimos que o diploma regulamentador da Educação Especial/Apoios Educativos fosse publicado, tendo em atenção as nossas propostas.

Ensino Superior

Ao nível do Ensino Superior exigimos ao Ministério da Ciência e Ensino Superior (MCES) e posteriormente ao Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior (MCIES) a abertura de negociações para alteração dos Estatutos dos Ensinos Superiores Universitário e Politécnicos, assim com a abertura de vagas nos quadros.

Ainda, neste contexto, analisámos a aplicação do Contrato Individual de Trabalho no âmbito do Ensino Superior

Acompanhámos e tomámos posição relativamente à revisão da legislação relativa à autonomia e financiamento das Instituições deste grau de ensino.

Reivindicámos, para os docentes desempregados deste nível de ensino, o subsídio de desemprego.

Reunimos com a Ministra da Ciência e do Ensino Superior nos dias quinze de Junho e dezoito de Outubro

A FNE tem seguido atentamente a implementação do Processo de Bolonha a nível nacional, destacando-se o acompanhamento de documentos com origem no Ministério da tutela, em grupos de trabalho, assim como em posições publicitadas no âmbito da comunicação social.

Ensino privado

A nível do Ensino Particular e Cooperativo, negociámos e acordámos com a Associação dos Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo (AEEP) e com a Associação Nacional dos Colégios com Contrato de Associação (ACCA) a revisão de alguns pontos do clausulado dos respectivos Contratos Colectivos de Trabalho e a alteração dos valores das tabelas salariais. Estes acordos resultaram das múltiplas reuniões de negociação que tivemos com estas duas associações.

Em relação ao sector da Solidariedade Social negociámos e protocolámos com a União das Misericórdias (UM) a alteração dos valores das tabelas salariais para 2004 dos trabalhadores não docentes e das tabelas de 2003/2004 para os docentes.

A recusa por parte da Confederação das Instituições Privadas da Solidariedade Social (CNIS) em participar em processos negociais completos, apesar de inúmeras vezes o termos tentado, levou a que os trabalhadores ao serviço nas IPSS não vissem o contrato colectivo melhorado nem tivessem aumentos salariais em 2004, apesar mesmo do nosso recurso ao Ministério do Trabalho para efeitos de conciliação e arbitragem.

Frente dos Sindicatos da Administração Pública (FESAP)

Tivemos, também, uma participação activa, em todas as negociações, estudos e propostas, que no âmbito da FESAP foram feitos para os trabalhadores da Administração Pública, particularmente em tudo o que foi o desenvolvimento de legislação para o estabelecimento do Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho, para a definição do regime jurídico das chefias da administração pública, para a revisão do regime dos Institutos Públicos e para a definição dos contornos do Contrato Individual de Trabalho no sector.

Trabalhadores Não Docentes

A reunião realizada no Ministério da Educação, no dia 3 de Maio, com o objectivo de proceder à revogação do Decreto-Lei nº 515/99, permitiu, desde logo, reafirmar a posição da FNE sobre este assunto.

Na sequência desta reunião, foi iniciado um processo negocial, resultando do mesmo a assinatura de acta de conclusão de negociação, a 4 de Junho, onde claramente a FNE manifestava e reafirmava as suas posições, não se disponibilizando para a celebração de qualquer acordo, considerando que através do diploma legal em preparação se promovia uma ataque inaceitável a todos os profissionais do sector, com reforço das situações de precariedade de emprego e de desqualificação dos seus profissionais.

Neste contexto, relativamente à revisão do Decreto-Lei nº 515/99, o papel desempenhado pela FNE possibilitou que o documento final, embora sem o nosso acordo, evitasse a persistência de propostas ainda mais desfavoráveis para os Trabalhadores envolvidos.

Foi clara a disponibilidade da FNE para accionar os mecanismos legais ao seu dispor para garantir a integração nos quadros dos Trabalhadores em Contrato Administrativo de Provimientos (CAP's

Com o objectivo de se proceder à alteração do Decreto-Lei, que revogou o 515/99, ou seja o Decreto-Lei nº 184/2004, foi delineada uma estratégia, da qual destacamos a elaboração de uma carta, posteriormente, dirigida à Ministra da Educação, questionando sobre a integração dos CAP's nos quadros, assim como dos Contratos Individuais de Trabalho.

Ao Dia do Trabalhador Não Docente, 24 de Novembro, foi dado um grande destaque, aproveitando a oportunidade para realçar os aspectos que mais preocupam estes profissionais, assim como o contexto negocial em que o Decreto-Lei nº 515/99 foi revogado, tendo sido realizada uma Conferência de Imprensa, no dia 25 de Novembro, assim como dado um relevo especial a esta matéria, no site da FNE.

III – COMUNICAÇÃO

Fizemos, de modo continuado, documentos, folhas informativas, cartazes, agenda, para divulgação, pelos sindicatos aos seus associados, às escolas e à opinião pública de todas as nossas posições, reivindicações e lutas.

A nível interno, após cada reunião, foi elaborada uma informação para os membros ausentes, assim como para os presidentes dos sindicatos, com o objectivo de divulgar rapidamente os assuntos tratados, as posições assumidas e outras informações consideradas pertinentes.

É de salientar a publicação periódica do Jornal “Notícias da Federação, tendo sido publicado em Junho (Nº 6), Setembro (Nº7) e Novembro (Nº 8). Em termos de comunicados à Imprensa, regista-se um total de quarenta e quatro, de Abril a Dezembro, bem como presenças assíduas na Rádio e na Televisão, e as Conferências de Imprensa realizadas nos dias 29 de Julho, 15 de Setembro, 27 de Setembro, 10 e 25 de Novembro, estando esta última enquadrada no Dia do Pessoal Não Docente.

Em todas as conferências de Imprensa foram distribuídos textos à Comunicação Social, destacando-se na de Julho o texto com o título “De 2003-2004 para 2004-2005: de um ano em marcha-atrás para um ano sem ambição”.

O site da FNE foi remodelado, no início do mês de Outubro, tendo sofrido alterações significativas no sentido de melhor informarmos de todas as nossas actividades, propostas e reivindicações, bem como de todas as normas que vão sendo publicadas.

IV – ACTIVIDADES CULTURAIS E SOCIAIS

Foi desenvolvido um plano cultural e social celebrando momentos significativos para o movimento sindical, para os trabalhadores e para a FNE.

Deste modo, celebramos o Dia Mundial do Professor, 5 de Outubro, o Dia do Trabalhador Não Docente, 24 de Novembro, tendo a celebração do aniversário da FNE, no início de Novembro, sido inserido no âmbito da realização de reuniões estatutárias.

Participámos nas comemorações do 1º de Maio organizadas pela UGT, com um conjunto assinalável de *stands*, tendo estado presente um grande número de associados das nossas organizações.

Com o objectivo de desenvolver o conhecimento sobre o 1º Maio, promovemos o Concurso: “Era uma vez o 1º de Maio” em que participaram crianças e alunos de Jardins de Infância e Escolas de todo o país, assim como alunos de uma escola do Brasil.

A FNE participou com um stand na Didáctica 2004, nas instalações da Exponor, no Porto, entre os dias 6 e 9 de Maio.

No início de Julho, por ocasião da reunião do Secretariado Nacional e do Conselho Geral da FNE, realizados na Figueira da Foz, promovemos um convívio entre todos os dirigentes, amplamente participado.

V – PARTICIPAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES EM QUE ESTAMOS FILIADOS

Participámos e demos todo o contributo às organizações em que nos encontramos filiados.

1. União Geral dos Trabalhadores (UGT)

É de destacar a nossa participação no Congresso da UGT, realizado nos dias vinte e dois a vinte e quatro de Outubro.

Foram delegados a este Congresso muitos dirigentes e activistas sindicais da FNE que com as suas opiniões e intervenções contribuíram para um debate sindical e social profundo e enriquecedor.

Participámos de modo activo na constituição de decisões e propostas da Central, assim como nos seguintes seminários:

- Negociação Colectiva – 4 sessões

- “ O futuro da Europa. Do alargamento à Constituição Europeia. A Europa Social”, 11 de Outubro, Lisboa

A nível regional, a FNE participa com os seus representantes nos órgãos das Delegações Regionais para que foram eleitos, assim como nos Plenários de Sindicatos.

2. Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE)

No âmbito do CSEE, participámos em duas reuniões de trabalho, nomeadamente:

- Ensino e Processo de Lisboa, em Amesterdão, nos dias 14 e 15 de Junho
- Reorganização da Rede, em Amesterdão, no dia 16 de Junho

3. Internacional da Educação (IE)

No âmbito da IE, participámos no:

- Seminário Administração Escolar IE, em Paris, nos dias 29 e 30 de Abril
- Congresso Mundial da IE, em Porto Alegre, nos dias 22 a 26 de Julho

4. Estrutura Pan-Europeia da Educação

Neste âmbito participámos no:

- Comité Pan-Europeu da Educação nas reuniões dos dias 26 e 27 de Abril (Bruxelas) e de 6 de Dezembro (Amsterdão)
- Grupo da Qualidade para a Educação – Amsterdão – 7 de Dezembro

5. TUAC – OCDE

Em representação da UGT, estivemos presentes na sessão de trabalho de 4 e 5 de Maio

6. UNSA

Participámos como convidados no Congresso da UNSA – Educação, que decorreu em Le Mans entre 27 e 29 de Maio.

VI - OUTRAS PARTICIPAÇÕES

A convite do Presidente da República, participámos em algumas das iniciativas que marcaram a realização de mais uma semana de trabalho na área da educação, az qual decorreu na primeira semana de Maio.

Em Agosto, e a pedido do Partido Socialista, recebemos uma delegação composta pelo então candidato a secretário-geral, José Sócrates, acompanhado pelos Deputados Guilherme d'Oliveira Martins e António Braga, para debatermos as questões da educação.

Na procura de encontrar consensos educativos a FNE manteve contactos com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e com a Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP).